

RELATOS DE UMA SAGA: PIONEIROS DE TANGARÁ DA SERRA, MT



Tieko Yamaguchi Miyazaki¹
Walnice Aparecida Matos Vilalva²

As reflexões que abaixo seguem se situam no contexto de um projeto de pesquisa intitulado *Memória e relatos: pioneiros de Tangará da Serra e Assentamento Antônio Conselheiro*³, que se originou da proposta da Secretaria Municipal de Cultura de Educação de Tangará da Serra (MT); na figura de seu então secretário Júnior Schleicher, de organizar um livro de depoimentos dos pioneiros da cidade ainda nela residentes, cuja finalidade seria a de criar um acervo de memórias sobre esse período de sua história. O projeto acadêmico, por sua vez, tem, entre outros objetivos, estudar esse acervo como uma possível matéria-prima para produções dos mais variados suportes, a exemplo do que se infere, no domínio da literatura, por exemplo, de ficções de autores de todos os tempos.

OS PIONEIROS DE TANGARÁ DA SERRA (MT)

Na década de 1950 do século XX, em cumprimento à política de colonização do Estado Novo, da Marcha para o Oeste, os chamados picadeiros foram demarcando os territórios e cartografando o cerrado,

¹ Livre docente aposentada pela UNESP, professor colaboradora do programa de mestrado em Estudos Literários (PPGEL) da Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT), com bolsa DCR- FAPEMAT-CNPQ. E-mail: tymiyazaki@gmail.com

² Docente do programa de mestrado em Estudos Literários (PPGEL), da Universidade Estadual do Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: walnicev@gmail.com

³ Bolsa DCR- FAPEMAT-CNPQ

seguindo os inúmeros córregos da bacia do Paraguai; a efetivação dessa política ficou a cargo dos Serviços Estaduais de Terra e Colonização e, posteriormente, da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Mato Grosso (CODEMAT).

Mas os objetivos focados já vinham sendo cogitados desde as primeiras décadas do século XX. Essas pretensões de povoar o interior do país com imigrantes tomaram forma nos anos 40 com um projeto de assentar uma colônia de japoneses provenientes dos estados de São Paulo e do Paraná, principalmente da cidade de Londrina. Por ocasião da imigração japonesa ao Brasil, através de um acordo entre os dois países, a pretensão de fundar uma colônia japonesa de grandes proporções determinou a demarcação de uma área considerável de terra no Mato Grosso, situada entre o rio Sepotuba e a Serra de Tapirapuã. Retalhada em glebas, estas seriam destinadas a japoneses e alguns brasileiros.

Em decorrência do alinhamento do Japão na segunda grande guerra, as aquisições foram denegadas aos japoneses e somente os brasileiros puderam prosseguir no processo de posse. Dos loteamentos das glebas acima originou-se a colonização do território que mais tarde resultaria no atual município tangaraense.

1.1. A migração

Nesse processo do desbravamento e colonização do oeste brasileiro dentro do cenário político brasileiro, como assinalamos acima, escolheu-se o local, e intensa propaganda se iniciou em São Paulo, Paraná e Minas Gerais, para atrair pessoas que quisessem se transformar em fazendeiros no estado de Mato Grosso, principalmente na região de Barra do Bugres. Ela é promovida pela imprensa escrita, por revistas especializadas. A principal destas é a *Revista Brasil-Oeste*, com chamadas como: *Agricultura, pecuária e economia*, ou *Torne-se fazendeiro em Barra do Bugres*. Editada em São Paulo, cujo primeiro número data de 1956, é distribuída gratuitamente para áreas específicas de produção. Na publicidade se destacam as condições – sempre extraordinariamente favoráveis – para a colonização e seu futuro bastante promissor: além de madeiras de lei, a

terra preta-massapé, própria para o cultivo de café e outros cereais. Ali se anunciam várias imobiliárias responsáveis pela venda de terras, inclusive as devolutas, no estado do Mato Grosso, com pontos de venda em São Paulo, Paraná e Cuiabá.

1.2. A chegada

A caminhada dos migrantes para o lugar do sonho não ocorre segundo o quadro idealizado, de conformidade com o divulgado. E nem os primeiros tempos de sua fixação. Basta por ora dizer que a primeira foi marcada por uma vilã que aparece em todos os relatos dos pioneiros: a serra do Tapirapuá. Aquela que obrigou a que rastejassem por trilha de anta, mas que também lhes deixou, ao final dessa etapa, um sentimento positivo que os motivou a expressá-lo pelo menos em um símbolo, nesse primeiro momento, a Pedra Solteira. A representatividade dela se reforça posteriormente, e em diferentes momentos: a sua imagem será incluída no brasão da cidade e no hino oficial de Tangará da Serra.

A pedra foi escolhida para marcar o limite entre o município de Tangará da Serra e seus vizinhos, após um significativo período de rivalidade com Barra do Bugres, a que Tangará da Serra pertencia, uma vez que, segundo relatam personagens da época, Barra do Bugres tentava, desde os primórdios da migração, impedir que as famílias prosseguissem para o território da futura Tangará da Serra e, posteriormente, pelo confronto político que se manifestava na escolha de seus representantes – prefeito, vice-prefeito e vereadores - na câmara municipal de Barra do Bugres. Essa contenda resultou no desligamento da Tangará da Serra, elevada à condição de município: através da Lei estadual nº 3687, do deputado José Armando, sancionada pelo governador Garcia Neto, em 13 de maio de 1976.

MORFOLOGIA NARRATIVA DOS RELATOS

Embora os relatos tenham sido coletados em separado e sem nenhuma comunicação prévia entre os pioneiros, que foram colocados a par no

momento do convite sobre os objetivos desse material, por parte da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) observamos que quase no todo os depoentes foram fieis ao que entenderam ser o propósito do trabalho e, assim, delimitaram o domínio do seu relato, o espaço e o próprio tempo que deveriam cobrir e, em decorrência desse recorte, os eventos.

Da mesma forma, embora o depoimento seja individual e da história particular de cada depoente, é bastante sintomático que, por sob as demais camadas significativas de seus relatos, em que as marcas de sua individualidade ou de sua família se fazem mais fortes e mais relevantes; é possível, à maneira de Vladimir Propp, montar uma morfologia comum que sustente dorsalmente as narrativas, e onde talvez se situe essa espinha que se manterá inalterável e como elemento de definição da saga coletiva desse grupo de pessoas. Mesmo que, como afirmam estudiosos da memória, não se obedece necessariamente à cronologia e nem à causalidade dos eventos focalizados, é possível fazer essa leitura morfológico-sintática do discurso narrativo.

Como resultado da leitura desses relatos receptor retém a abstração de um conjunto constituído de elementos mais ou menos constantes e recorrentes, tanto em sua forma de manifestação geral figurativa, como pelo conteúdo temático e, ainda, por uma sorte de ordenamento sintagmático, que, às vezes, tem uma razão causal. Esse conjunto, que assim se estratifica quanto à natureza, em temas e figuras, não é um conjunto caótico, mas ordenado principalmente pelas relações sintáticas. Impõe-se como uma matéria primeira já ordenada que suporta uma leitura menos concreta e icônica, mais abstrata, uma leitura morfológico-sintática em que os eventos e os sujeitos envolvidos passem a ocupar posições actanciais e funções significativas, dentro de um enredo, construindo-o e dando-lhe sentido.

É preciso entender que o período histórico propriamente se estende desde os anos cinquenta, com a ação dos poaieiros⁴ principalmente,

⁴ “A gente tinha panelas velhas, comecemos a cozinhar. Como sempre eu trabalhei muito no mato, em tudo. Fui picadeiro, poaieiro, não tenho vergonha de falar que fui poaieiro. Acho que talvez você sabe o que é poaia. A poaia é um remédio medicinal. É uma raizinha. A colheita da c é no tempo das águas, no tempo da chuva, no mato. Você pega uma cavadeirinha, uma foice, faz ela com um biquinho, vai arrancando e pondo no saco. Na realidade eu saia cedo, aqui mesmo na região, eu saia cedo, chegava duas horas, mais ou

até a emancipação que se deu no final dos anos 1970, ou seja, são duas décadas. Entretanto, os relatos abarcam somente uma década, período de migração dos entrevistados que permaneceram na cidade.

A imigração também se fez ao longo desses anos, de forma que a história de cada família reflete a sua incidência particular na linha cronológica. Assim, as peripécias vividas também indiciam essa linha temporal, principalmente pelas mudanças que se reconhecem nas condições de vida de cada uma delas ou de seu grupo. Há, portanto, as que falam dos primeiros tempos da colonização, como verdadeiros desbravadores, há aquelas que se beneficiam de algum melhoramento já implantado quando de sua chegada. Apesar disso, pode-se dizer que na consciência delas, situadas assim distintamente ao longo da linha temporal, há esse sentido de unidade da experiência e de história. Provavelmente, na consciência de cada uma delas esteja presente essa espinha dorsal que se manifestaria como uma síntese desse período.

2.1. Denominador comum

A pré-história:

Explicável pela própria história da colonização dessa região amazônica, os pioneiros, seja indivíduo, seja família, são migrantes principalmente dos estados vizinhos a Mato Grosso, mas muitos dele já migrantes de outros estados, principalmente do nordeste. Isto é, são pessoas que se deslocam de determinado ponto da geografia brasileira para aquela região. Motivados pela situação de pobreza, na maioria, no local de origem, são atraídos pela propaganda das empresas colonizadores. Abandonam tudo, mesmo aqueles de alguma posse, casa e móveis, e se aventuram em transportes nada confortáveis como caminhões alugados, paus de arara, em viagem cuja distância agora medem por tempo gasto: quinze dias, uma semana, quatro...

menos. Porque comia cedo, duas horas estava com fome. Eu já tinha ganhado dinheiro por dois dias de serviço trabalhando no machado, talvez. Isso ajudou muito o povo no começo aqui, essa poaia. Você derrubava o mato, a poaia brotava no tempo das águas, você ia arrancando as arvinhas". Darci Alves Moreira.

Nesse contexto, o percurso comum é a chegada à cidade de Barra do Bugres. Por razão que não explicitam, a cidade hospedeira tenta dissuadi-los de seu objetivo de continuar até Tangará da Serra e convencê-los a permanecer ali: talvez o sentido disso seja a tentativa de atrair imigrantes para o desenvolvimento da própria cidade.

A travessia:

A persistência do migrante em chegar a Tangará da Serra o engaja numa viagem penosa, por estradas inexistentes, seguindo caminhos de animais como a paca. Mas o fato de maior peso, marcando a história comum como verdadeiramente uma saga, é a travessia da serra, a Serra Tapirapuã. A seu pé, o momento da decisão: voltar ou prosseguir. Uma serra íngreme, inabitada, selvagem, impossibilitando o transporte motorizado, obrigando as famílias a descarregar a mudança e a se embrenhar a pé, todos, adultos, velhos e crianças. Caminhando durante o dia, e acampando à noite para dormir e comer.

Essa mesma saga, em sentido contrário, volta na história deles, em forma da dificuldade de ônibus em seguir carreira, obrigando os passageiros a baldearem para chegar à cidade vizinha, tornando qualquer tipo de comunicação – comercial principalmente - uma aventura penosa. Em decorrência dessa dificuldade, a referência à chuva, tão indesejada, é uma onipresença.

A chegada.

A revelação da terra prometida: *nada*. Uma vez chegados à região, a dificuldade de instalação: nos primeiros tempos, sob a lona, sozinhos, sem vizinhos. Totalmente isolados na selva, quase sem água e alimentação, recurso médico. Mosquitos, insetos. O medo exorcizado à custa de bater latas vazias.

Tangará da Serra.

A posse de lotes, a colonização. Dificuldades do desbravamento propriamente dito, sem maquinários, munidos somente de instrumentos

como facão, foice, machado. Instalação nas primeiras casas de adobe, sapé, depois de paredes de tábuas de coqueiro. O plantio, a colheita, mas sem comercialização de produtos. A primeira galinha, o primeiro porco, a primeira vaca. O primeiro sorveteiro, a primeira máquina de arroz, o primeiro fotógrafo. O único “farmacêutico”. As parteiras, o primeiro tangaraense, o primeiro casamento. A crise do café, a sua erradicação e a introdução da pecuária. Com o passar dos tempos, com a chegada de mais famílias, a vida social se organiza em forma de baile, futebol, escola, igreja, hospital.

Nesse período ocorre o que denominam “a febre”, que acomete a comunidade.

Iniciam-se os movimentos políticos, com a participação do executivo, do legislativo em Barra do Bugres.

Desmembramento.

Tangará da Serra é elevada à categoria de município.

2.2. Morfologia da saga

Seguindo o modelo proposto pela semiótica narrativa greimasiana, com a reformulação da morfologia proppiana, pode-se pensar num esquema como o que abaixo se expõe.

Deslocamento – contrato.

Deslocamento que desfaz uma situação inicial, caracterizada pela carência, em um lá (cidades de estados vizinhos como são Paulo, Paraná, Minas Gerais), em um então: passado próximo. Intervém o destinador manipulador que oferece um contrato: sair do lá e ir para Tangará da Serra. Manipulado pelo destinador que lhes acena com a figura da terra prometida, o sujeito se faz sujeito de um querer – sair da pobreza, ou seja, deslocar-se até a terra distante e desconhecida. Ou seja, ao aceitar a proposta de ir colonizar/desbravar a região da

Amazônia no oeste do Mato Grosso, o sujeito supõe-se dever e poder empreender essa tarefa.

A prova de qualificação é ambígua: do ponto de vista dos destinatários-sujeitos é uma qualificação deceptiva, pois depois vêm, a saber, que a qualificação fora ilusória no sentido de que a sua competência – suposta possuir – não corresponde àquela que eles julgam atribuir-lhes o destinador. Uma vez aceito o contrato – comprar lotes em Tangará e para lá mudar-se –, verificam que outra seria a competência necessária para o cumprimento da tarefa. A profundidade dessa decepção tem expressão inicial na reação das mulheres: “Eu lembro que as mulheres já começaram a ficar revoltadas: “ah, não é aqui”. [...] e as mulheres: “ah, vamos voltar porque isso aqui está muito ruim”, narra Maria Nascimento da Silva. “A minha cunhada chorava dia e noite. Porque ela era novinha ainda, na época. Um animando o outro, falei: – Não, já que chegamos aqui, vamos tocar.”, lembra Maria Sakamoto Miyoshi.

A falsa opção entre dever ali permanecer (“vim, então fico”) ou não poder não permanecer ali (sem condições econômicas de voltar) ou ainda ter que ali permanecer (“voltar para onde, para quê, para uma situação de pobreza semelhante à inicial?”) volta a colocar-se a eles, com a diferença de que agora os pioneiros sincretizam as funções actanciais: são destinadores de si próprios: a proposta e a resposta cabem a eles mesmos.

Aparição do vilão.

A notícia sobre o movimento migratório de colonização corre, e com ela, conforme ensina Greimas, surge o antissujeito, pois esta é a função dessa comunicação: abrir a brecha para a entrada do vilão. Ao longo da narrativa, esse actante é assumido por diferentes atores, encarnado por diferentes figuras, de origem as mais diversas. A primeira delas, assim reconhecida pelos próprios imigrantes, aparece identificada como a cidade Barra do Bugres. Esta os submete à primeira prova, atuando através de manipulação variada – convite a permanecer ali, dissuasão de continuar a viagem. Nesse contexto, a recusa dos migrantes pode ser lida como a competencialização que os torna, confirmando-a, sujeitos do

fazer, e modalizado este pelo querer e dever. Curiosamente, essa função actancial é reconhecida e mantida no presente da enunciação, do período de Tangará já emancipada, porque a atuação de Barra do Bugres se manterá e, mais tarde, se agudiza na mesma função em forma de luta política.

Desbravamento.

O próprio deslocamento propiciará a modalização dos sujeitos pelo poder e saber que adquirem no ato mesmo, nas dificuldades vencidas no próprio caminhar a pé, pela serra, segmentando o tempo conforme a necessidade – hora de parar, hora de caminhar, hora de dormir, hora de comer –, de abrir o caminho seguindo trilha dos animais.

O desbravamento de Tangará da Serra em todas as suas etapas constitui a verdadeira prova principal, cujo peso só pode ser medido pela contraposição à atuação do antissujeito. A função deste se sintetiza na expressão de Maria Rodriguez – “O começo aqui foi feio, minha filha. Foi feio mesmo, pôe feio nisso. (riso) Eu sofri que nem uma égua, que Deus me perdoe.” - que engloba toda forma de luta, desde a instalação sob as lonas, encerados, a abertura de áreas de plantio, a falta de comercialização, carência médica, a grilagem, até a luta pela emancipação. Mas a figurativização mais forte é o surto a que passaram a denominar *a febre* à qual corresponde em contrapartida a ação coletiva dos migrantes. Após a travessia da serra, dentre os eventos em que se destaca a manifestação do antissujeito, a febre é a que aparece em todos os relatos, apesar das versões controversas de que se tratou de envenenamento pelo fator laranja, ou de que se tratou de febre amarela ou tifo ou hepatite; ela lembra a passagem bíblica da peste, pois vindo não se sabe donde nem para quê e por quê, dizima toda uma parte da população. A ação comum, de solidariedade, a ação oficial da vacina, do avião posto a serviço dos doentes são as figuras de que se investe o sujeito narrativo. Para exemplificar, abaixo o depoimento de Dionísio Pacheco e a esposa Conceição:

Dionísio: [...] Tinha uma casa do sindicato, espalhava os colchões dentro daquela coisa e só via nego deitando ali. Tremendo, babando... E remédio não

tinha porque... E você via sair dois, três assim, para enterrar. Naquela época foi bravo, era uma tristeza. Mas logo passou também, acabou. Da minha família mesmo morreram dois dentro de uma semana. Mas eu ainda escapei, consegui. Morreu muita gente, Deus me livre. Tinha família que dava dó, que se chegava à casa estava todo mundo deitado, não tinha um para um copo d'água para o outro. Foi feio aqui, foi feio.

Conceição: Eu levei meus meninos todos, deitava naquela esteira. Estavam Thais e o Amando que traziam trem de comer e lá vinham com sacola... O pobre do Amando punha cada sacão, vinha jogando no salão e mandava dar para os meninos. Aí os meninos tiveram uma obradeira que Deus me livre, teve que lavar todo mundo. Eu fui lá para Marília. Minha cunhada morava mais para cima; fiquei na casa dela uns dois dias, daí voltei embora. Conheceu o Ribeiro? Aquele homem tinha uma égua, uma mula que chamava Tapuia, tinha dia que era tarde, a gente estava deitado e ele: “Lá vai a Tapuia”. A Tapuia que carregava o povo, não tinha carro. Era só ele, coitado. Ele ia lá, levava uma turma e voltava, a noite inteira carregando gente. Levava uma turma e voltava a buscar.

A última etapa do desbravamento, colonização e construção da cidade corresponde à emancipação política, com o envolvimento da população, não só na eleição propriamente dita, mas nas relações políticas e pessoais.

A construção de Tangará.

O resultado da prova principal leva a uma reavaliação da prova de qualificação: preserva-se em parte o contrato comercial anterior com a SITA, mas há um contrato moral que os migrantes se firmam antes de

mais nada consigo mesmos. Não desistem e se transformam em sujeitos do fazer ao mesmo tempo em que se tornam destinadores de si próprios. Sujeitos modalizados pelo querer e acima de tudo pelo dever (continuar), são outras as figuras em que se manifestam e se reconhecem enquanto sujeitos: são sujeitos passionais, da persistência, coragem, sacrifício.

Á vitória particular se acrescenta a coletiva: a emancipação da cidade. Barra do Bugres reaparece nas disputas políticas encarnando a figura do falso herói proppiano. Num primeiro momento, ela é a sede do poder político, e assim atua; depois, a política se faz pela negociação (ainda que ora confirmada ora negada nos relatos) na forma de acordo quanto à constituição das chapas à eleição à prefeitura: na posição de prefeito e de vice, a alternância de candidatos das duas comunidades; no final, a luta pela emancipação, que não se faz senão em meio a confusões, mal-entendidos, agressões, ameaças, que reverberam no período imediato após.

O reconhecimento

A última das três provas proppianas se realiza na forma do reconhecimento de uma situação satisfatória de cada um dos pioneiros, com família constituída, filhos crescidos, mas a glorificação devida aos valores modais investidos se faz pelo simbólico: a criação de ícones que passam a compor símbolos oficiais – hino municipal, brasão, bandeira, consagração de um espaço à memória dos pioneiros – a Praça dos Pioneiros – em que se instalou o monumento a eles dedicado, e atualmente a construção de um Memorial.

A consciência da vitória se manifesta convertida numa outra paixão, no amor que se declara à cidade – ninguém diz querer ir embora –, e na convicção do acerto em migrar para Tangará. Há quem compare esse acerto ao desacerto dos que se foram para outros lugares em que acontecia a mesma ação oficial de desbravamento. Conclui José Raimundo de Almeida: “Quem saiu daqui perdeu que não recupera mais. Porque hoje, eu que tinha tudo isso de terra, tinha tudo, juntando o meu capital, não compro a metade da esquina que eu tinha ali. As coisas como é que

ficam. Então, por isso é eu digo que Tangará dessa região que já conheci é a melhor de Mato Grosso e acho que do Brasil. Porque foi o lugar que eu vivi sem trabalhar e criei toda a minha família”.

Motivados, talvez, pela própria circunstância do relato, ou não, não se verifica nas narrativas, ocorrência do que se reconheceria como a função derrota, em oposição à função vitória, ou seja, o final é sempre satisfatório. Isso pode-se confirmar na situação atual dos entrevistados.

PROVA DOS NOVE

“É como diz a história, que falava assim: ‘- Os pobres vêm primeiro, tudo só pobre; depois que a cidade cresce, vêm os ricos.’ No começo os carros que vêm é o caminhão de tora e jipe e tal, aí depois pega a vir carrão bonito. Pegou a vir aí F1000, C10 e S10. Agora tem de tudo, mas no tempo não vinha carro bom aqui, só vinham os coitadinhos. Todo mundo tinha que sofrer, até os carros.” A conclusão hilária de Joaquim J. Goulart, numa outra dimensão discursiva, só é possível porque se coloca num foco de observação em que é possível já dividir o tempo – e a narrativa – em dois momentos. Projeta-se um tempo que começa a configurar-se como *remoto*.

Como que procedendo a um corte que confere identidade e unidade à narrativa, – apesar das vicissitudes que obrigaram a mudanças de rumo nem sempre desejadas inclusive afetivamente, como a substituição da agricultura (“minha lavoura branquinha de flor”, recorda-se Joaquim José Goulart) pela introdução da pecuária – o fecho, mais que desfecho da narrativa, é marcado pelo saldo positivo. Não há final de frustração do que seria a narrativa da fundação. Ninguém faz referência a uma situação de miséria, ou de pobreza, decorrente desse período de suas vidas, principalmente se comparada à que motivara a opção por Tangará da Serra.

Esse dado não pode ser tomado como avaliação global da colonização, uma vez que não há referência à desistência posterior, comprovada por testemunho próprio, de alguém ou alguma família, seja voltando ao espaço de que são originários, seja a deslocamento para outras regiões, e suas

razões. Os entrevistados são os residentes no município no momento do relato: o que importa é que é essa a visão – ou lembrança – que se registra reiteradamente e se comunica e circula através dessas narrativas, formando *a posteriori*, ou confirmando-a, uma imagem dessa experiência coletiva.

Há um sentimento de enraizamento no que denominam Tangará da Serra, enraizamento que toma a forma de recusa a qualquer convite ou possibilidade de abandonar a cidade. Pelo contrário, o reconhecimento do que seria o progresso da cidade se colore de orgulho. Essa é a paixão, denominador comum dos relatos na sua enunciação.

Mas, ao mesmo tempo, como num corte de machado no tempo e, portanto, no próprio enredo das narrativas, executado na instância de enunciação, há o reconhecimento do desaparecimento – lamentado – de algumas marcas positivas dessa atuação, marcas de ações centrais na construção de uma coletividade, de uma comunidade que se reconhece como tal: o progresso trouxe o desaparecimento dos bailes nos finais de semana, dos jogos de futebol dos rapazes, assistidos pelas famílias, as visitas aos amigos. Ou seja, a disforia dessa desapareção se torna aqui a prova dos noventa da euforia do passado, daquilo que desaparece.

Em seu depoimento, Darci Alves Moreira, por exemplo, expressa a sua estranheza: “Mas sofri, umas quatro horas que eu fiquei ali foi uma tristeza, viu. Não tinha ninguém. Cidade, todo mundo sabe que cidade hoje não tem ninguém no fim de semana (Em Tangará da Serra, ainda vila). Eu vendia muito sorvete quando acabava a igreja, acabava a missa, eu não dava conta. Eu tinha muito sorvete feito, ganhei muito dinheiro.” Estranheza que cobra sentido nas palavras de José e Cecília Capuccio: “Depois criou um ambiente tão bom... A gente fez boas amizades.” [...] “E aqueles tempos não tinha televisão. Então, se visitavam. Se reuniam os amigos. Hoje não, hoje não tem essas coisas”. Que se confirma nas do mesmo Darci A. Moreira: “Mas era, era muito bom, viu, foi muito bom. Eu não sei, eu era novo. Quando a gente é novo tudo é bom. Para os sítios nos bailes. Era muita festa, era muito bom. Aí o cara fala: ‘– Isso aqui quarenta anos atrás era muito bom. ’ Era bom, o cara tinha 18, 20 anos, era moço, agora está velho, vai ser bom? Bom quando era moço”.

É curioso como, ao mesmo tempo em que enfatizam a dimensão do sofrimento e do esforço – em expressões comuns a eles, e reiteradas –, vários são os que também enfatizam que se tratou de um “tempo bom”. Contraditoriamente como na fala de Aristides de Sousa: “Mas era bom demais, não tinha nada... Para comprar uma peça de carro, de primeiro, tinha que ir lá em Cuiabá. Não tinha nada aqui. Mecânico?”; ou de Dionísio Pacheco:” Tinha que derrubar para poder construir a casa e para os vizinhos também... Mas foi até bom, divertido.” Ou como melancolicamente conclui Dona Cota: “Não sei, tem vez que fico pensando, naquele tempo era bom porque estava todo mundo junto. Hoje não tenho marido, já morreu filho, já morreu marido, morreu neta. Agora morreu genro e vai ficando pior”.

Um tempo que se caracterizou por uma fartura proporcional da agricultura: em cultivares pequenos, colheita farta, tanto que um dos eventos programados eram as feiras na cidade em que se exibiam os produtos melhores e maiores. Equivale a feira uma variante do reconhecimento final, da homologação: uma exposição à cidade, numa concorrência bem-humorada, dos melhores produtos. Uma glorificação aos seus olhos, aos olhos de nós e dos outros. Uma sanção positiva em que destinador julgador e sujeito voltam a sincretizar-se. Sentimento de um tempo decorrido (“E já se passaram 39 anos, já.”, calcula Maria Miyoshi), avaliado afetivamente inclusive, em que a paixão dominante é a da satisfação aliada ao orgulho, e que move a emoção de Zilda Lacerda: “A gente emociona, porque... E eu sou dura, heim, não sou fácil não, viu? Nossa Senhora. Por conta do sofrimento! Mas foi um sofrimento, um sofrimento assim, que nós fomos muito felizes”.

CONCLUSÃO

A leitura acima se baseia praticamente na dimensão do enunciado-enunciado, e prioriza a abstração do figurativo para chegar ao temático e ao narrativo. Essa opção se justifica porque se entende que esse desbaste do texto proporciona a apreensão do suporte narrativo, necessário para o sentido dos níveis figurativos.

Como se disse, as ações e os eventos selecionados assim o foram porque configuram um paradigma quase que fechado no conjunto dos diferentes depoimentos. Apesar dessa quase onnipresença, a leitura de cada relato é prazerosa exatamente pela variação figurativa e pela singularidade do estilo de cada texto. Em outras palavras, a volta do mesmo tema conduz, pelo contrário, ao prazer que reconhecê-lo e sob a nova cobertura figurativa. Ou pela perspectiva escolhida, nova, imprevista. Ambas, perspectiva e manifestação figurativas em boa parte devida à enunciação, ao momento mesmo da produção textual. A leitura pelos próprios pioneiros do relato dos demais companheiros com certeza se fará como uma rica dinâmica intertextual, de que resultará, com certeza, uma nova imagem, uma nova imagem para cada um daquilo que acredita ter vivido.

REFERÊNCIAS

GREIMAS, A. J. *Sémantique structurale*. Paris: Larousse, 1966.

———. *Du sens. Essais sémiotiques*. Paris: Seuil, 1970.

GREIMAS, A. J.; COURTÈS, J. *Dicionário de semiótica*. São Paulo: Cultrix, 1984.

OLIVEIRA, C. E. *Famílias e natureza*. As relações entre famílias e ambiente na colonização de Tangará da Serra - MT. Tangará da Serra: Sanches Ltda, 2004.

PEREIRA, A. J. *Tangará da Serra: nova fronteira agrícola e sua urbanização*. Pontes: Editora da Unicamp, 1989.

PROPP, W. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1984.

ROZEIRA, M. *Tangará da Serra, sua terra, sua gente*. Campo Mourão: Polvo, 1999.